

ESTUDOS DE
CERÂMICA MEDIEVAL
O Norte e Centro de
Portugal - séculos XI a XII

Coordenação de
ADRIAAN DE MAN
CATARINA TENTE

Com a colaboração de
ANTÓNIO M. SILVA
VIRGÍLIO H. CORREIA

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Titulo	Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - séculos XI a XII
Coordenação	Adriaan de Man e Catarina Tente
Colaboração:	António M. Silva e Virgílio H. Correia
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais
Referência da imagem da capa	Exemplar do espólio da escavação do Pátio do Museu Grão Vasco. Fotografia de Cátia Viana.
Colecção	Estudos 7
ISBN	978-989-98749-2-3
Concepção gráfica	Luís Ribeiro (segundo concepção de Ana Pacheco)
Depósito legal	375772/14
Impressão e acabamento	DPS - Digital Printing Services

CERÂMICA MEDIEVAL DE CONIMBRIGA

Adriaan De Man¹; Virgílio Hipólito Correia²; Sofia Lovegrove³; Francisco Andrade⁴

Uma das preocupações emergentes no estudo de Conimbriga tem a ver com as densas ocupações medievais que se sobrepõem à cidade romana, que constituem um problema arqueográfico e historiográfico desde o início das escavações luso-francesas nos anos de 1960 (Oleiro e Etienne 1965, 450; contra Alarcão *et al.*, 229; cf. Alarcão 2004, 100-111).

Naturalmente, tem-se vindo a reflectir sobre a natureza dessa realidade, e sobre as diversas aproximações à sua identificação, conservação e interpretação (De Man 2004, 2006; id. e Soares 2007). Perante alguns dados localizados, é ainda muito parco o entendimento da sequência urbanística, da cultura material, e das funções particulares de um grande sítio fortificado mas “desurbanizado” no território tardo-visigótico, islâmico e condal. A evidência arqueológica mais expressiva é a cerâmica que, muitas vezes associada a consideráveis conjuntos de fauna, ilustram uma notável actividade quotidiana. O presente texto explora duas formas cerâmicas típicas deste ambiente cultural.

¹ Instituto de Estudos Medievais e Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Av. de Berna 26C, 1069-061, Lisboa; ademan@fcs.h.unl.pt.

² Museu Monográfico de Conimbriga.

³ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁴ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1. Contexto

Algumas publicações recentes sobre a cerâmica medieval de Conimbriga tentaram colocar em perspectiva as séries produtivas que correspondem às últimas ocupações coerentes do sítio (De Man 2006). Em resumo, esses textos incidem sobre a necessidade de reenquadrar as fases de ocupação com base na evidência material, mantendo presente que existem fontes escritas que devem ser articuladas com o registo estratigráfico. Idácio de Chaves é um caso recorrente obrigatório, cujo catastrofismo obriga a matizações severas, e ao entendimento de formulações retóricas que se inserem em cânones literários próprios de uma época. Existem outras referências, mais tardias, que ilustram uma fase já quase plenomedieval, mas que talvez não estejam ainda exploradas em toda a sua potencialidade.

Do ponto de vista material, uma conjugação de estratigrafia fina, datações absolutas e paralelos cada vez mais disponíveis permitem construir parte de uma evolução conimbrigense. Não importa reafirmar no presente texto todas as premissas deste pensamento, que já se encontram devidamente publicadas. Recapitulando sinteticamente, seria possível comprovar que a antiga cidade romana manteve uma centralidade regional ao longo dos séculos alto-medievais, e que até uma fase avançada do período visigótico é necessário pensar no sítio como uma capital administrativa e religiosa. O meio milénio subsequente é mal conhecido do ponto de vista urbanístico, embora se verifique a manutenção de estruturas domésticas e públicas de origem imperial, num novo enquadramento de cronologia islâmica. Os únicos grandes contextos de destruição correspondem às fases da conquista cristã, que determinam o fim do povoamento coerente de Conimbriga.

As formas cerâmicas mais tardias surgem, de facto, num padrão geográfico que expande para Sul, numa cronologia mais ou menos aliada à do avanço cristão. Todavia, os moldes desta expansão aparentemente linear não são claros, nomeadamente ao nível regional da produção, distribuição e consumo. O mercado é um local de transacção, mas também um sistema de oferta e procura que inclui uma multiplicidade de realidades locais. Se tomar Conimbriga como centro comercial é uma hipótese de trabalho bastante razoável, nada no registo arqueológico é hoje capaz de definir a intensidade das preferências e dos hábitos individuais, cujo somatório resulta na circulação e utilização de peças. Posto de outro modo, ficou já bem demonstrado que a cerâmica condal de Conimbriga é tipologicamente análoga à dos sítios adjacentes, sem que se destaque, por enquanto, qualquer tipo de definição produtiva ou distributiva.

Uma multiplicidade de fontes remete para um complexo panorama “étnico” e/ou religioso local terá sido muito variável ao longo dos séculos pós-visigóticos

complexificado pela islamização do território. Tanto a toponímia como a antroponímia, constante por exemplo no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, dão indicações nesse sentido, assim como alguma evidência arqueológica resultante das escavações no espaço amuralhado, nomeadamente na zona do forum, do anfiteatro e das grandes termas do Sul. A questão material é porém problemática nesta dimensão híbrida, na medida em que, independentemente da identidade cultural ou etnicidade de utilizadores, fabricantes ou distribuidores, os formatos da cerâmica não podem ser adscritos a uma classificação desse género. Está atestado que, de entre as múltiplas estimativas de distribuição, a cerâmica resultante de produções domésticas são quase exclusivamente disseminadas dentro de um mesmo grupo cultural (Tsetlin 2005: 291). Este facto antropológico conduz a pelo menos duas problemáticas conexas, nomeadamente o carácter tendencialmente regional das produções e, por outro lado, a existência de um grupo mais ou menos homogéneo, no que diz respeito à aceitação das peças cerâmicas.

Os exemplares que circularam no planalto de Condeixa-a-Velha no período que se estende vagamente entre a queda da monarquia visigótica à ocupação condal da região correspondem a um dos mais claros registos de uma densidade populacional muito grande, no interior de todo o espaço muralhado (e não se dispõe de evidência quanto à situação no exterior dele, na zona de Condeixa-a-Velha). Esta enquadra-se bem em tendências produtivas coevas, cujos contornos eram muito pouco perceptíveis até recentemente, e ainda se mantêm num leque cronológico demasiado amplo, carecendo de um refinamento evolutivo. A propósito, importa referir que uma categorização em moldes culturais ou temporais abstractos nada aporta à discussão, contribuindo apenas enquanto referência narrativa – basta reflectir sobre o significado prático do termo “califal” num sítio desurbanizado como Conimbriga, e em especial sobre a sua aplicabilidade no âmbito produtivo. Outra dificuldade prende-se com as tendências no tempo longo, isto é, dificilmente se entenderia a produção cronologicamente tardo-visigótica ou emiral desconectada dos seus precedentes imediatos.

Dentro desta continuidade existem produções tipicamente medievais. Dois dos materiais-directores mais evidentes são os alguidares de base em disco, frequentemente apresentando cordões plásticos digitados, e os púcaros com colo alto e recto, profusamente canelado ou estriado. Ambos os tipos de peça representam uma novidade por oposição não apenas à baixa romanidade mas também ao contexto visigótico, que de resto havia vindo a tender para a polifuncionalidade e redução de categorias formais.

Num artigo recente (De Man 2012: 33-39) foram propostas algumas das suas características balizantes. Os primeiros materiais não surgem antes do século IX, em

contextos culturais que já não podem ser interpretados sequer enquanto emanções endógenas de inspiração tardo-visigótica ou islâmica. Pelo contrário, a sua afectação a circuitos culturais setentrionais aproximam-nos do movimento de conquista cristã. Os alguidares, ausentes no Sul islâmico, surgem bem definidos no tempo em zonas da Meseta ibérica. Em Zamora correspondem especificamente ao século XII, não ultrapassando esse limite (Turina 1994, 63-70). Por outro lado, os púcaros são característicos de outra dinâmica. Se do ponto de vista da orientação representam uma fase evolucionada de colos curvos de cronologia visigótica, por outro lado estes colos cilíndricos, assentando em bojos troncocónicos, aproximam-se das formas de jarros e púcaros tipicamente islâmicos, para os quais há bons paralelos meridionais. Estas produções seriadas são nitidamente inspiradas num modelo abstracto mas não formalmente tipificado. Não se distingue uma manufactura intensiva, isto é, estas peças continuavam a ser criadas de uma forma mais ou menos casuística, em que as sucessivas fornadas não estavam necessariamente ligadas a um sistema de distribuição regular.

2. Os alguidares

É numa acentuada polifuncionalidade que se deverá entender a utilização de alguidares durante a Alta e a Plena Idade Média (Tente 2010, 393). São peças úteis para uma diversidade de lavagens, confecção e consumo de alimentos. Enquanto peças abertas, de forma troncocónica, com paredes rectas oblíquas, muitos apresentam uma base em disco saliente em relação ao alinhamento da parede do recipiente, garantindo uma maior estabilidade. Frequentemente, estes alguidares ostentam decorações digitadas nos bordos, nas paredes e na base. Os bordos apresentam, geralmente, um espessamento exterior, em secção triangular, ou bordos emoldurados ou espessados. Em termos da sua morfologia, as variantes não se distinguem pelo tamanho, mas apenas no perfil, no acabamento do bordo e, até certo ponto, no da base.

No que toca ao actual território português, diversos sítios arqueológicos forneceram alguidares de base em disco, enquadrados num espectro cronológico mais ou menos amplo, mas com início entre o século IX e o século XII. Estes surgiram frequentemente numa série de sítios arqueológicos escavados nos concelhos de Gouveia (Monte Aljão e Penedo dos Mouros) e de Celorico da Beira (S. Gens e Soida), no distrito da Guarda, revelando cronologias entre os séculos IX e X, algumas das datações efectuadas por radiocarbono (Tente 2010). Estes foram identificados ainda na última ocupação do templo romano de Nossa Senhora das Cabeças, Covilhã (publicado por Carvalho, em 2003); e na cidade da Guarda (Osório, 2004), revelando cronologias um pouco mais tardias, com limite inferior máximo no século

XIV. No vale do rio Douro, este tipo de recipiente surge também no leque cerâmico de diversos sítios – no Castelo de Matos, Porto (Barroca, 1988); em Santo Estevão da Facha, Viana do Castelo (Almeida *et al.*, 1981); em Santa Cruz da Vilariça e em Torre de Moncorvo, Bragança (Rodrigues e Rebanda, 1998); e no sítio do Baldoeiro, Bragança (Rodrigues e Rebanda, 1995); todos eles datados, pelos diversos autores que neles efectuaram escavações arqueológicas, entre os séculos XII e XIV. Mário Barroca considera que, em Castelo de Matos, a cronologia dos alguidares possa recuar ao século XI (Tente 2010: 398).

No Castelo de Belmonte, Castelo Branco, as escavações arqueológicas realizadas forneceram apenas um fragmento de fundo de alguidar de base em disco, com digitações ao longo do rebordo e datado entre os séculos XII e XIII (Marques 2000: 254-279). Os trabalhos arqueológicos levados a cabo no castelo de Arouca, Aveiro, apontaram para uma cronologia de ocupação do castelo entre o séculos IX e o século XII, altura em que este recinto fortificado terá começado a entrar em declínio. Neste sítio, apenas os fundos em disco se destacam entre as bases (Silva e Ribeiro 2007, 69-74). Mais recentemente, António Silva e Manuela Ribeiro (2007) referem a realização de datações por radiocarbono na Malafaia e no Castelo de Arouca, que permitiram apontar para uma cronologia do século IX. No Castelo de Trancoso, Guarda, foi identificado um fragmento de fundo de alguidar de base em disco, enquadrado cronologicamente entre os séculos VIII e XII (Ferreira 2012, 28). Em Braga, nas escavações efectuadas na Rua de N^a. S^a. do Leite, foi identificado um fragmento de alguidar de cronologia seguramente anterior ao século XIV (Gaspar 1985: 67-72). Nos sítios do Sabugal Velho e de Caria Talaia, Sabugal, surgiram fragmentos de alguidar de base em disco, datados da segunda metade do século XIII (Osório 2010, 70). Mais recentemente, as escavações efectuadas nas fossas-lixeria do pátio do Museu Grão Vasco, no morro da Sé de Viseu, forneceram vários fragmentos desta tipologia de recipiente cerâmico. Fica reforçada a ideia de que estes alguidares constituem uma das formas mais características dos conjuntos cerâmicos medievais no Centro e Norte de Portugal. No caso em questão, os alguidares inserem-se no repertório pleno-medieval (Rodrigues 2012: 46 e 85-90).

Os vários paralelos demonstram que a cronologia atribuída para a utilização dos alguidares não é, ainda, totalmente consensual nem conclusiva. À partida, poder-se-ia considerar que as cronologias mais fiáveis seriam aquelas às quais se associam datações seguras por radiocarbono, ou seja, Conimbriga e os arqueossítios estudados por Catarina Tente. No entanto, há que ter em conta que o povoamento em Conimbriga terminou por volta do século XII e que todos os sítios estudados pela autora mencionada foram abandonados no século X. Ou seja, é necessário conhecer a própria duração da ocupação dos diversos sítios, pois o fim de um povoamento não

estará necessariamente associado ao fim da utilização geral de determinados tipos de recipientes cerâmicos.

Perante estes dados, e tendo em conta o carácter multifuncional dos alguidares e sua consequente longa cronologia de utilização, torna-se necessário manter em aberto a forte hipótese de que estes continuaram em uso até ao século XIV, como indicam diversos autores. No entanto, tal não significa que o mesmo tipo de alguidar de base em disco produzido e usado, por exemplo, no século IX, seja idêntico àqueles produzidos e utilizados séculos mais tarde. Pelo contrário, as suas características terão provavelmente mudado ao longo do tempo. Esta gradual alteração morfológica encontra-se atestada, por exemplo, em Conimbriga (De Man 2006: 159).

Através da elaboração de um mapa de dispersão dos sítios que forneceram alguidares de base em disco, através de escavações arqueológicas no actual território português, torna-se imediatamente evidente que estas peças cerâmicas se localizam apenas na região Centro e, acima de tudo, Norte. Note-se que Conimbriga constitui o caso mais meridional. Considerando esta evidência a par do facto de que este tipo de recipiente cerâmico não foi, até ao momento, associado a contextos no Sul do país e/ou com uma forte e coerente presença islâmica, poder-se-á relacionar directamente o alguidar de base em disco a uma presença especificamente cristã, seguindo um padrão geográfico associado a uma cronologia mais ou menos aparentada à do avanço cristão em direcção a Sul.

3. *Púcaros*

No que diz respeito aos púcaros, a sua função de contentor de líquidos é clara, destacando-se as variantes de perfil já identificadas há muito para o sítio de Conimbriga (Alarcão 1975: 35). Destacam-se desde logo os de colo recto e canelado, alguns de bordo triangular. Os exemplares que ostentam morfologias caneladas no seu colo vertical surgem com asas golpeadas, e o seu lábio boleado é invertido mas recto por fora. As peças com caneluras representam um tipo próprio, uma vez que os exemplares de colo recto mas com bordo triangular parecem evoluir de formas imperiais, tornando-se uma tipologia característica da tardo-antiguidade. A fase do século VII ao IX parece apontar para uma predominância deste formato, eventualmente com colos ainda relativamente estreitos, no quotidiano conimbrigense e o púcaro com bordo extrovertido, de lábio arredondado ou engrossado é abundante. Fica claro que, neste período, outras formas de contenção de líquidos diminuíram em número, em detrimento do púcaro canelado. Verifica-se igualmente uma tendência corrente de aumento do próprio diâmetro do bordo, podendo atingir mais de 10 cm. Uma fase distinta corresponde aos séculos X a XII, e representa exemplares de púcaros com

pastas mais bem cozidas e depuradas, embora as suas formas continuem a consistir em morfologias pré-islâmicas. Neste período as caneluras surgem em púcaros de menores dimensões, e ostentam um perfil mais globular.

Contrariamente à realidade identificada para os alguidares de base em disco, os paralelos encontrados situam-se quase sempre a sul do Mondego, e em especial no Algarve. Ainda assim, tratando-se de uma mesma realidade regional, não admira que um dos paralelos mais setentrionais seja Coimbra, onde estes exemplares foram classificados como pertencentes aos séculos X e XI. Neste contexto destaca-se uma coexistência entre cerâmicas puramente islâmicas e outras cristãs (Catarino *et al.* 2009: 336- 353). Independentemente de alguns casos intermédios menos expressivos, é na região do Algarve que surgem paralelos sólidos, em especial no Castelo Velho de Alcoutim, no Castelo das Relíquias e no Castelo de Salir (Catarino 1997/98: 781-785). Surgem aqui diversas variantes para representar as tipologias de púcaro do Algarve Oriental, incluindo os de colo alto de perfil direito, sempre decorado com caneluras no colo; bordos boleados, direitos ou com uma ligeira inflexão interna; e as asas são de secção oval. Estes conjuntos de púcaros apresentam asas que partem do bordo, caneluras no colo e corpo globular. O diâmetro do bordo dos exemplares é relativamente grande, também este superior a 10 cm, e a forma é remetida para uma tradição visigótica, com difusão desde o período emiral até ao século XI. A cronologia é portanto condizente com a proposta para Conimbriga/Condeixa.

Dois outros paralelos algarvios são aduzíveis como exemplo, nomeadamente o exemplar canelado do povoado islâmico da Portela 3, tido dos séculos IX-X, e as peças de Mesas de Castelinho, adscritos aos séculos X-XI (Fabião; Guerra 1991: 308-317). Trata-se, no fundo, de um tipo de cerâmica bem difundido em contextos meridionais.

Em conclusão, os púcaros canelados são vistos como um dos principais indicadores cerâmicos da Alta Idade Média em Conimbriga. No que diz respeito aos exemplares provenientes do anfiteatro, é de salientar a correspondência dos fragmentos com paralelos formais documentados (Alarcão 1975; De Man 2006). Neste caso particular, as datações pelo radiocarbono apontam para intervalos entre o século IX e o XI (De Man; Soares 2007: 285-294). É possível que, em última instância, a morfologia tenha sido baseada em modelos hispano-romanos muito tardios, sujeita a novas técnicas manufactureiras, reforçando a ideia, apontada noutro lado, de uma fortíssima autarcia no âmbito produtivo, e uma simultânea abertura aos canais modais de mais ampla distância, tratando-se indiscutivelmente de cerâmica local e regional.

Por outro lado, torna-se necessário constatar o fabrico, igualmente em geografias delimitadas, de formas evolucionadas e já distintas dos alguidares alto-medievais, até

ao século XIV. Esta ideia endógena de longa duração poderia ser traduzível para outras regiões, tendo sempre em conta que se trabalha com mapas referentes ao estado da arte actual, isto é, apenas com informação efectivamente publicada, o que sem dúvida conduz a desvios importantes e não reflecte a realidade histórica. Seja como for, os paralelos encontrados sugerem áreas de consumo muito circunscritas, com ocupação limitada entre o século IX e XI, predominantemente meridionais no caso dos púcaros, e setentrionais, no dos alguidares.

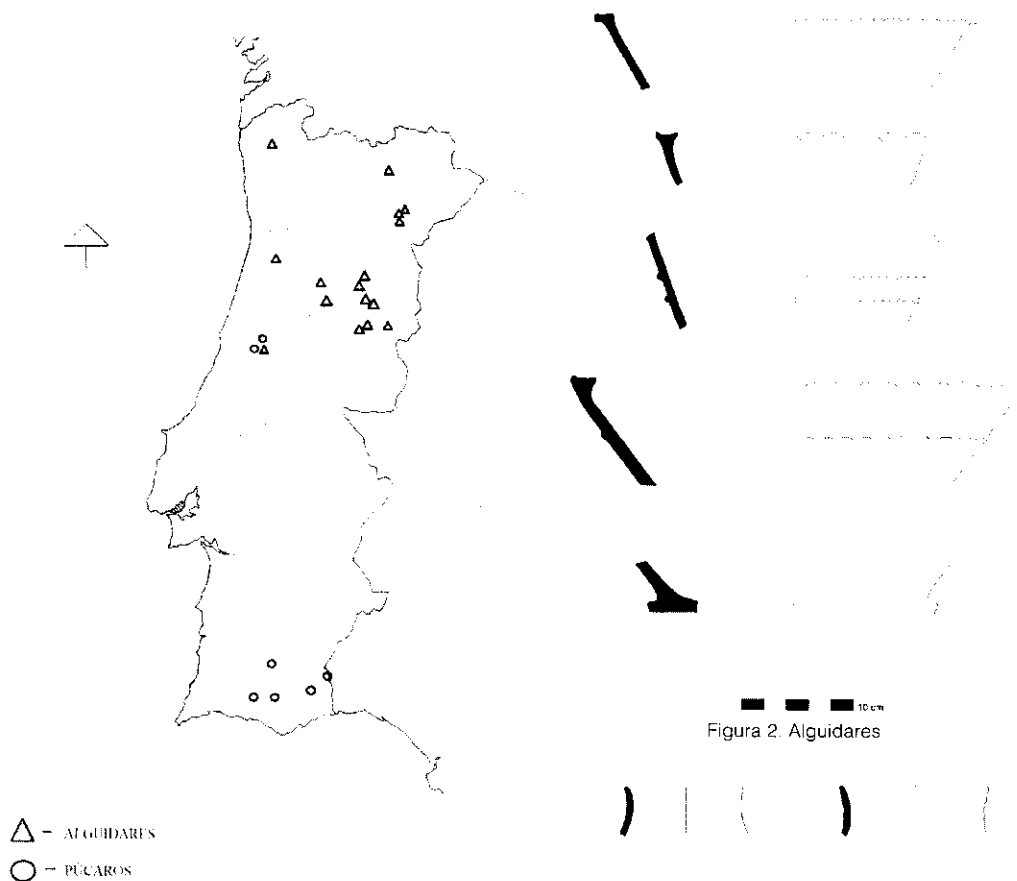
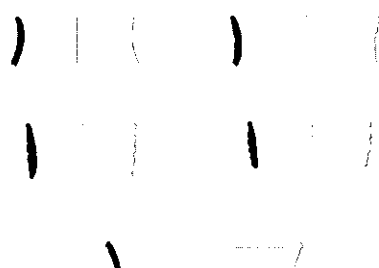
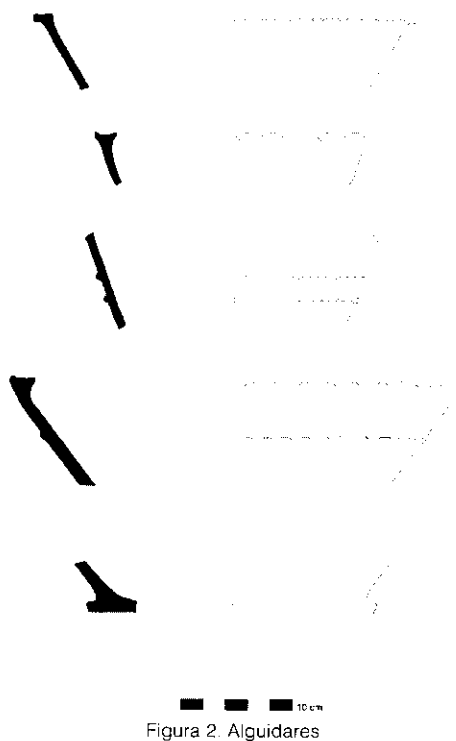
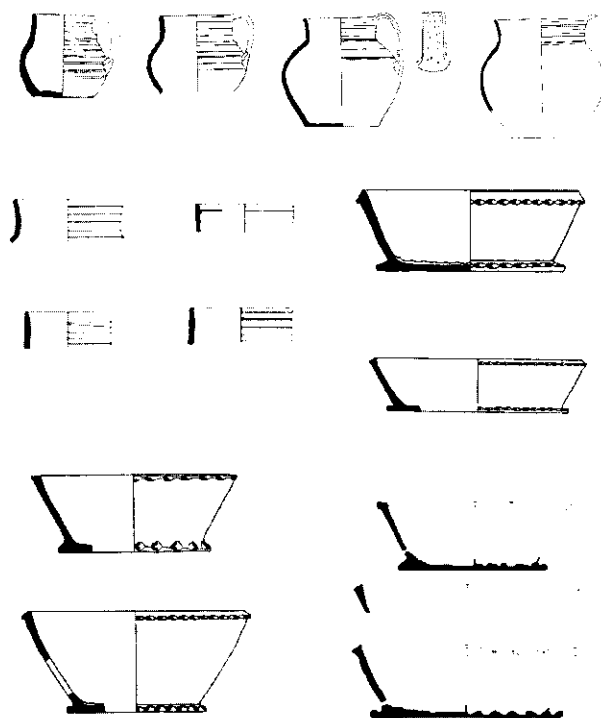


Figura 1. Alguidares e Púcaros (localização).





Esc. 1:4

Figura 4. Exemplares presentes em Alarcão (1975: XXXVIII, XLIII e XLIV) e De Man (2006: 170 e 171)

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1975) – *Fouilles de Conimbriga, V, La céramique commune locale et régionale* (Paris, De Boccard).
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – “Conimbriga, 20 anos depois”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora/LAC), pp. 97-114.
- ALARCÃO, Jorge et al. (1979) – *Fouilles de Conimbriga, VII, Trouvailles diverses, conclusions générales*, Paris, De Boccard.
- CATARINO, Helena, 1997/98 – “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados,” *Al'Ulyã*, nº 6, Loulé.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos, 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, *Xelb* 9, pp. 333-376.
- DE MAN, Adriaan (2004) – “Aspectos de Conimbriga tardo-antiga”. *Biblos*, n.s., 2, pp. 505-518.
- DE MAN, Adriaan (2006) – *Conimbriga do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Ed. Sílabo.
- DE MAN, Adriaan (2012) – “A cerâmica de Qundâyixa: dados para uma reapreciação cronológica” *Arqueologia Medieval*, 12, Mértola/Porto, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 33-39.
- DE MAN, Adriaan; SOARES, António Monge (2007) – “A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10-2, pp. 285-294.
- FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1991) – “O povoado fortificado de Mesas do Castelhinho, Almodôvar”. *Actas das IV Jornadas de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, AAP, pp. 305-319.
- FERREIRA, Maria do Céu; LOBÃO, João Carlos; CATARINO, Helena (2012) – “Cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso – uma primeira abordagem.” *Arqueologia Medieval*, 12, Mértola/Porto, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 15-31.
- GASPAR, Alexandra (1985) – “Escavações arqueológicas na rua de N.ª. S.ª. do Leite, em Braga. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 2, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Minho, pp. 51-125.
- MARQUES, António Augusto da Cunha (2000) – “Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995). In *Beira Interior – História e Património*, Guarda, Câmara Municipal, pp. 253-286.
- OLEIRO, João M. Bairrão, e ETIENNE, Robert (1965) – “Les résultats de la première campagne de fouilles franco-portugaises à Conimbriga (Portugal)”. *CRAI* 1965, Paris, L. Klincksieck, pp. 442-451.
- OSÓRIO, Marcos (2010) – “Sabugal Velho e Caria Talaia – duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia”. *Sabucule*, nº 2, Sabugal, Museu Municipal, pp. 61-78.
- RODRIGUES, Miguel Areosa e REBANDA, Nelson (1998) – “Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz de Vilarica”. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal, pp. 101-126.
- RODRIGUES, Patrícia (2012) – *Cerâmicas Medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixeira do Pátio do Museu Grão Vasco*, Coimbra, Faculdade de Letras, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

SILVA, António M. S. P.; RIBEIRO, Manuel C. S. (2007) – “Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica”, *Portugalia*, Vol. XXVII – XXVIII (2006/07), Porto, pp. 69-88.

TENTE, Catarina (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, policopiado.

TSELIN, Y. B. (2005) – “Ceramics culture: a real system and a source of historical information”, *Trabalhos de Arqueologia*, 42, Lisboa, IPA, pp. 289-293.

TURINA GONZÁLEZ, Araceli (1994) – *Cerámica medieval y moderna de Zamora*, Arqueología en Castilla y León 1, Zamora, Junta de Castilla y León / Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Campo”.